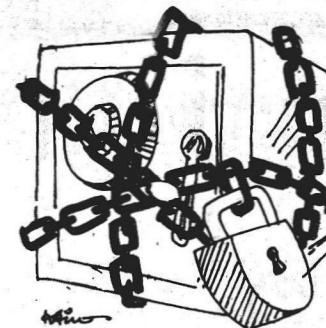




Orcamento

**OPERAÇÃO
DESMONTE**

O Governo Federal, só de repasse de encargos para Estados e municípios, vai economizar mais de 1 por cento do PIB, estimado pelo Ministério da Fazenda em 300 bilhões de dólares. Mas os cortes incluem ainda extinções de órgãos públicos, privatizações e o fim de subsídios e incentivos fiscais. A meta é zerar o déficit federal até o final de 1989.



Governo repassa encargos de Cr\$ 720 bi

O ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, informou ontem que os cortes no Orçamento Geral da União, relativos apenas aos encargos transferidos aos Estados e municípios, ficarão em torno de Cr\$ 720 bilhões, ou pouco mais de um por cento do Produto Interno Bruto desse ano. O PIB estimado pelo Ministério da Fazenda é de 300 bilhões de dólares.

Além destes, serão feitos outros cortes nos gastos federais, incluindo subsídios e incentivos fiscais, privatizações, fusões e extinções de órgãos ditadas por exigência de racionalidade administrativa, de modo que, no final, o déficit federal será quase zerado e o déficit público global cairá de 4 para 2 por cento do PIB até o final de 1989.

A assessoria da Seplan recusa-se a informar o valor global dos cortes, que só será conhecido quando a proposta orçamentária for enviada ao Congresso, até

o próximo dia 31. O ministro do Planejamento considerou naturais as pressões e reclamações de outros ministérios, contra os cortes de recursos em programas e atividades de suas áreas.

Mesmo compreendendo a atitude dos ministérios, Batista disse que não abrirá mão dos cortes. "Demos liberdade aos ministros para fazerem remanejamentos de recursos necessários ao atendimento dos diversos programas, mas não abrimos mão dos cortes" — afirmou, após reunir-se no Palácio com o presidente José Sarney, ontem à tarde.

Os ministérios que mais sofrerão cortes são aqueles que hoje contam com maior número de programas responsáveis pela transferência de recursos aos Estados e municípios, em consequência da Reforma Tributária determinada pela Constituinte. Neste caso encontra-se o Ministé-

rio dos Transportes, que ficará sem os recursos do Imposto Único sobre Combustíveis, antes utilizados na manutenção de rodovias.

Até ontem nenhum ministro tinha procurado diretamente o ministro-chefe da Secretaria do Planejamento para fazer reclamações contra o montante dos cortes em sua área. O orçamento, reafirmou João Batista, será mantido da forma como foi elaborado por sua equipe. Haverá apenas algumas mudanças estruturais, como consequência do remanejamento de recursos de um programa para outro.

Mesmo nestas alterações a Seplan fiscalizará a ação dos ministérios, que têm até hoje para devolver suas contrapropostas. Nenhum ministério poderá, por exemplo, reforçar as verbas para determinado programa que não seja prioritário, para compensar cortes em outras áreas, consideradas prioritárias.

GIVALDO BARBOSA



Carlos Sant'Anna disse que Sarney está apenas cumprindo a Constituição